

## **Por Mário Cézar Guerino**

No dia 3 de dezembro de 2008, no auditório do Ministério Público, houve uma audiência pública com o objetivo de discutir a ocupação da região do reservatório a ser formado pela Barragem do Ribeirão João Leite. Este reservatório terá a função de regularizar a vazão para o abastecimento de água à população de Goiânia e região metropolitana. A projeção é de que o Sistema João Leite seja responsável pelo abastecimento de 75% da população de Goiânia.

Por se tratar de um reservatório de acumulação, serão necessárias medidas para garantir a qualidade da água de abastecimento, pois, caso contrário, a população pagará a conta, arcando com a elevação dos custos do seu tratamento.

Dependendo do uso do solo da Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite, à montante da barragem, e da ocupação da região próxima ao reservatório, pode-se criar um ambiente propício à eutrofização das águas, com proliferação de algas e outros organismos nocivos à saúde humana. É preciso que a população de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade esteja atenta, conheça as implicações da ocupação e discuta o que realmente é do seu interesse.

O centro desta discussão deve ser o interesse público, e não a implantação de grandes empreendimentos, alguns inclusive para utilização das águas do reservatório, conforme projeto que tem veiculado na grande mídia. Para nós, técnicos do setor, o que se deve é, numa parceria entre Estado, municípios, entidades e população, discutir estratégia que evite a ocupação e os riscos que esta fatalmente traria para a qualidade da água de abastecimento público.

Afinal, o que interessa mais à população: que o poder público e a sociedade organizada envidem esforços para garantir água de boa qualidade a um preço justo, ou servir aos interesses de um pequeno grupo de empresários do setor imobiliário, que almeja aproveitar a construção do reservatório para auferir lucros?

Permitir a ocupação da área do reservatório por um pequeno grupo com ganância de lucro, usando um projeto turístico como pano de fundo, é, mais uma vez, deixar que subjuguem o interesse público para favorecer a poucos.

É preciso ressaltar que se trata de um reservatório de abastecimento público e não simplesmente de um lago, como equivocadamente os interessados vêm se referindo. O povo de Goiânia e região metropolitana deve participar dessa discussão. Ele, sim, é o maior interessado, porque é quem sofrerá as consequências danosas resultantes da ocupação da área próxima do reservatório.

Devemos unir esforços e focar no que realmente interessa, ou seja, nas ações a serem desenvolvidas para a proteção da bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite. Ações como campanhas educativas para a proteção dos recursos hídricos; proibição da pulverização de agrotóxicos por via aérea na bacia hidrográfica; exigência de boas práticas de conservação do solo; recomposição das matas ciliares e proteção de nascentes pelos proprietários rurais e/ou municípios; proibição de extração depredatória de areia; controle de fontes poluidoras; incentivo para a criação e atuação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente nos municípios que compõem a bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite.

A nós, técnicos do setor, parece leviano assistir passivamente a repetição de exemplos como os reservatórios Billings e Guarapiranga, em São Paulo. É nossa responsabilidade lutar para que a realidade de Goiás seja diferente. Deixar que projetos de ocupação da área do reservatório da barragem do João Leite sejam executados, que a especulação imobiliária seja maior que o interesse público, que degradem o meio ambiente e poluam para depois, às custas do cidadão, gastar dinheiro para recuperar e despoluir, é, no mínimo, trilhar penosos caminhos já percorridos.

Entendemos que é preciso conscientização, incentivo, orientação técnica e fiscalização, para que as terras da bacia do Ribeirão João Leite, à montante da barragem, seja explorada economicamente (preferencialmente com agricultura extensiva e projetos de reflorestamento), com a utilização de técnicas corretas, para que produzam o menor impacto possível na qualidade da água do reservatório.

\*\*Mario Cezar Guerino é engenheiro civil e presidente da Associação dos Engenheiros da Saneago